

RESENHA

A RECUSA E O INCÔMODO: Uma leitura da leitura de Luciano Oliveira sobre Michel Foucault

Oliveira, Luciano. O Aquário e o Samurai: uma leitura de Michel Foucault. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2017.

Roberto Efrem Filho

Universidade Federal da Paraíba, Santa Rita, Brasil. E-mail: robertoefremfilho@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9438-0080>.

Resenha recebida em 10/07/2018 e aceita em 19/07/2018.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

“É exatamente porque o homem está imerso na história, exatamente porque o seu olhar sobre o passado é sempre um olhar do *presente*, que ele pode emitir julgamentos que, mesmo sendo subjetivos, podem ser objetivamente válidos. Sim, do ponto de vista da constelação de Sírius, não há nenhuma diferença entre o “pau-de-arara” a que meus colegas foram submetidos e a reclusão com direito a visita íntima a que depois tiveram direito. Ou seja: do ponto de vista dos militantes de esquerda que, nos anos 70 do século passado no Brasil, eram engolidos pela repressão e cuja esperança era conseguir sobreviver até passarem à fase oficial do processo na Justiça Militar, há uma diferença, sim. No limite, a “cançoneta” anti-humanista pode se transformar num esnobismo intelectual contra o qual se rebela a sensibilidade humana até no sentido mais elementar, *físico*, da expressão”.

Luciano Oliveira, *O Aquário e o Samurai*

Luciano não sabe, mas na estante da sala de trabalho, eu mantenho uma prateleira reservada para os seus livros. Estão lá – logo abaixo dos Foucault, Arendt e Butler; ao lado dos estudos sobre crime e criminologia –, os meus “Luciano Oliveira”: o livro a respeito da pena de morte e do carrasco; o livro sobre a democracia e o pensamento de Claude Lefort; o texto com as dez lições sobre Hannah Arendt; a coletânea de ensaios acerca de Machado de Assis e Graciliano Ramos; a coletânea de ensaios de “Sociologia Jurídica”, com os incontornáveis “Sua Excelência o Comissário” e “Não fale do Código de Hamurábi!” – os quais eu li aos vinte anos, entre uma aula e outra da Faculdade de Direito do Recife, e que me acompanham em toda sala de aula desde que me tornei professor; o manual (nada manual) de Sociologia Jurídica; e, enfim, o cortante livro sobre a tortura, aquele que me fez compreender definitivamente as suas posições, mas sobretudo a sua recusa profunda a qualquer formulação teórica ou “teoria geral” que elimine ou subestime a potencialidade dos sujeitos, a sua conflituosa “humanidade”.

Agora, “O Aquário e o Samurai: uma leitura de Michel Foucault”, o seu livro mais recente, publicado em 2017 pela Lumen Juris, prepara-se para se juntar aos demais naquela prateleira. Com ele, a recusa profunda a que me referi acima se volta a um dos mais notáveis intelectuais do século XX, autor de trabalhos que se tornaram cânones – por mais antifoucaultiano que isso possa soar... – em diferentes áreas do conhecimento, disciplinas acadêmicas e, em especial, no que me toca mais diretamente, nos campos de estudos sobre crime e violência e sobre gênero e sexualidade. A “leitura de Foucault” levada a cabo por Luciano Oliveira consiste, portanto, numa oportunidade única para o

adensamento analítico daquela recusa, isto tanto em razão da mencionada importância da obra em questão quanto por conta de um incômodo antigo – e fundante – que parece haver acompanhado parte significativa dos empreendimentos teóricos de Luciano: o incômodo provocado pelo “anti-humanismo” presente em “Vigiar e Punir”, o primeiro texto de Foucault com que ele se deparou, posto em suas mãos por Joaquim Falcão no início dos anos 80.

Numa entrevista concedida a José Luiz Ratton em abril de 2011¹, Luciano Oliveira conta que em fevereiro de 1976, no final de semana que antecedeu o carnaval, ainda antes de sua saída de Aracaju em direção ao mestrado em sociologia no Recife, muitas pessoas do seu círculo de amigos começaram a desaparecer. Eram sindicalistas, estudantes, professores, advogados, alguns deles amigos íntimos de Luciano, que, ao que entendi, possuíam ligações mais ou menos próximas com movimentos e organizações de esquerda. “Passei um final de semana pavoroso, esperando minha vez de ser levado sabia-se lá para onde!”. Todos reapareceram uma semana depois, com marcas de tortura. “Isso foi uma coisa que me chocou muito e, definitivamente, me marcou como pessoa e intelectual”. Entretanto, o “choque” derivado dessa experiência, associado à consequente defesa de direitos humanos que se eleva diante de tamanha crueldade, confrontar-se-ia alguns anos depois, já durante o mestrado, com o seu contato com as críticas de origem marxista à noção de direitos humanos e, notadamente, com as críticas foucaultianas ao reformismo humanista do sistema penal desenvolvidas em “Vigiar e Punir”.

O primeiro tratamento analítico que Luciano Oliveira daria a esse confronto ocorreu por ocasião de sua pesquisa de doutorado, orientada por Claude Lefort e realizada junto a *Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales*, na França, sobre o tema da relação dos direitos humanos com o pensamento político de esquerda no Brasil² (Oliveira, 1991). Na tese e em alguns textos provenientes dela e publicados

¹ A entrevista com Luciano Oliveira pertence a um conjunto de 14 entrevistas publicadas no livro “As Ciências Sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil”, organizado por Renato Sérgio de Lima e José Luiz Ratton (2011).

² Tal tratamento, portanto, foi adiado por alguns anos, visto que no seu mestrado em sociologia na Universidade Federal de Pernambuco, orientado por Joaquim Falcão, Luciano Oliveira se distanciou temporariamente desse confronto e produziu a dissertação de mestrado que acabaria se tornando um marco para o campo da Sociologia do Direito – Luciano costuma falar em “Sociologia Jurídica” – e oportunizaria a coletânea “Sua Excelência o Comissário” (Oliveira, 2004) a que me referi anteriormente. A dissertação correspondeu aos resultados de uma pesquisa etnográfica junto a delegacias de polícia localizadas nas periferias do Recife e à análise dos modos como a polícia era convocada a solucionar conflitos – que, a priori, não preenchiam as suas competências formais – entre pessoas que integravam setores precarizados da classe trabalhadora.

posteriormente no Brasil (Oliveira, 1992; 1995; 2009), Luciano Oliveira explorou o argumento de que os anos de Ditadura Militar trouxeram para as esquerdas brasileiras – mas não só para elas – a incorporação da defesa dos direitos humanos num contexto em que as violências, os desaparecimentos e as torturas passaram a marcar as experiências e os corpos não apenas de seus amigos de Aracaju, mas de parte da classe média brasileira, embora tais violências, desaparecimentos e torturas já marcassem, desde muito, as experiências e os corpos da maior parte de nossa população, racializada e comumente vitimada pelo *modus operandi* policial nacional de gestão das “classes perigosas”³.

Foi como se, face ao inadmissível, as vítimas da “guerra suja” tivessem descoberto uma nova espécie de “última instância”: a ética... E, o que é interessante, as referências a essa instância ética não se limitaram a uma tática ocasional, uma vez que foram incorporadas ao discurso mas também à prática política dos sobreviventes da “guerra suja” como uma estratégia permanente (Oliveira, 1992, p. 155).

Segundo Oliveira (1992), a incorporação da defesa dos direitos humanos como uma “estratégia permanente” acabou produzindo alguns deslocamentos nas compreensões de nossas esquerdas, até então presas à metáfora “estrutura – superestrutura” e à definição do direito como reprodutor de relações sociais anteriores. “É dizer: a experiência *vivida* do ‘horror superlativo’ foi um acontecimento político, mas também *teórico*, na medida em que significou uma ruptura na maneira como o marxismo tradicional encarava alguns fenômenos tidos por superestruturais” (Idem, p. 156). Essa ruptura se baseou, desse modo, na *vivência* de uma experiência extrema, a tortura, a violência. Daí a imperatividade da afirmação dos direitos humanos. Daí o incômodo de Luciano diante da acepção foucaultiana de que as investidas dos reformadores penais do século XVIII, sobremaneira de Cesare Beccaria, contra a tortura, o suplício e as demais formas violentas e corporais de aplicação da pena não passavam de uma retórica a dissimular o projeto de uma “sociedade disciplinar”.

³ Num artigo recentemente publicado aqui na *Direito & Práxis*, Luciano Oliveira (2018) retoma essa questão, agora em razão da discussão acerca do “caso Amarildo” e da alegação, bastante difundida atualmente entre as esquerdas, de que a violência policial persistente em nossa realidade consistiria numa “herança da Ditadura Militar”. Oliveira discorda dessa alegação e demonstra, com a sagacidade de costume, que a prática policial da tortura, por exemplo, antecede em muito 1964 e se encontra relacionada, dentre outros fatores, a uma confluência entre os efeitos do colonialismo e da escravidão na constituição dos “torturáveis” e certa aquiescência popular quanto aos modos violentos de repressão ao crime. Segundo Luciano Oliveira, a responsabilização da Ditadura pelas práticas violentas que ainda hoje, trinta anos após a promulgação da Constituição de 1988, atravessam as nossas polícias é narrativamente “reconfortante”, pois evita o fato de que a tortura é uma dimensão perversa de nossa “normalidade democrática” e não de um regime de exceção.

“O Aquário e o Samurai” se inicia, como notei acima, a partir do adensamento analítico daquela recusa à redução teórica dos sujeitos a determinações sociais. Esses sujeitos são os amigos torturados de Luciano na Aracaju de 1976, são os militantes de esquerda que adotaram a defesa dos direitos humanos como estratégia, tais quais são os reformadores humanistas que viam em cenas como a do suplício de Damians – apresentada por Foucault nas primeiras páginas de “Vigiar e Punir” – uma atrocidade que não deveria se repetir. Logo na introdução do livro, Oliveira alerta que não se opõe, “obviamente”, à necessária análise das condições sociais e históricas nas quais os reformadores penais obtiveram êxito. Salaria que se deve mesmo perquirir os porquês de, apenas no século XVIII, as posições de certos intelectuais a esse respeito haverem se transformado num “movimento de opinião”. O que lhe parece excessivo – e, como diz, “perigoso” – “é não ver no acontecimento histórico que foi o movimento abolicionista qualquer coisa que vai além da cadeia das condições sócio-históricas nas quais ele se inscreve, e que, portanto, permanece irreduzível às mesmas” (Oliveira, 2017, p. 08).

Enfrentando a ilação foucaultiana, Luciano Oliveira se ergue contra a negação do sujeito; a negação das potencialidades e complexidades dos sujeitos. Seus amigos, os militantes de esquerda, os reformadores, mas, ironicamente, o próprio Michel Foucault, aquele segundo o qual o “humanismo penal” e a eliminação dos suplícios consistiam num subproduto da disciplina, mas que era, a um só tempo, um aguerrido militante contra a tortura, a pena de morte e as detenções arbitrárias. É levando em conta essa “contradição” que Oliveira questiona acerca de Foucault: “como vê-lo como um simples adversário do humanismo penal”? E sugere: “Há que se ver nas suas aporias, acho, algo de mais sofisticado – uma disjunção, digamos assim, entre sujeito empírico e sujeito epistemológico” (Oliveira, 2017, p. 15). Para dar conta dessa disjunção, Luciano Oliveira se vale de duas imagens acionadas pelo historiador Paul Veyne (2008), amigo de Foucault e, como ele, professor do *Collège de France*: a imagem do aquário e a imagem do samurai.

A imagem do aquário remete à ideia de que estamos sempre num deles sem nos apercebermos disso, sem conhecermos as suas paredes, como os peixinhos dourados que o habitam. A imagem do samurai, por sua vez, alude à possibilidade de existência de acontecimentos disruptivos ou, com eles, de uma criatura “anormal” no interior de um aquário em meio aos peixinhos dourados. Afinal, “se estamos todos presos ao aquário do tempo – ou da episteme, como talvez dissesse Foucault – em que vivemos, e cujas

paredes nem vemos, como é possível que surjam novos aquários?” (Oliveira, 2017, p. 16). De acordo com Paul Veyne e Luciano Oliveira, Michel Foucault seria um desses samurais. Mas “ele, sem dúvida, foi também um inventor de novos aquários” (Idem, p. 17), um “sujeito epistemológico” definidor dos processos de objetivação por que passamos todos nós, inclusive o próprio Foucault, como “sujeitos empíricos”. Essa competência dos samurais para a definição, entretanto, essa divisão social do trabalho intelectual entre peixinhos dourados e samurais (que também são peixinhos) parece-me ser a chance para o incômodo de Luciano Oliveira a que me referi anteriormente: o momento em que o samurai Foucault parece tratar os amigos de Luciano, os militantes de esquerda, os reformadores humanistas e, bem silenciosamente, mesmo o militante Foucault, como peixinhos dourados; ou seja, o momento em que “a ‘cançoneta’ anti-humanista pode se transformar num esnobismo intelectual” (Oliveira, 2017, p. 159).

“O Aquário e o Samurai: uma leitura de Michel Foucault” está organizado em três capítulos: “O Rosto e a Praia”, “A ‘Cançoneta Anti-repressiva’” e, finalmente, o capítulo que dá nome ao livro, “O Aquário e o Samurai”. No seu transcurso, em intenso diálogo com biógrafos e comentadores da obra foucaultiana, Luciano Oliveira se depara com questões fundamentais para os argumentos de Foucault e que demonstram que o samurai francês, em diversos momentos, “trocou a precisão pela fúria ao brandir o sabre” (Idem, p. 17), mas de tal modo que uma leitura reverencial de seus trabalhos poderia ocasionar “inadequações calamitosas”. Enfim, é analisando tais questões que Oliveira passa a lidar analiticamente com “a aparente incongruência que há em um autor que desmontou o humanismo penal e, ao mesmo tempo, foi um incansável humanista de combate” (Idem, p. 18). Antes disso, contudo, Luciano Oliveira apresenta o recorte da obra de Foucault que lhe interessa.

O título “O Rosto e a Praia” remete às derradeiras linhas de “As Palavras e as Coisas”, aquelas em que Michel Foucault equipara metaforicamente “o homem” a um “rosto de areia” que se desvaneceria na orla do mar. Nesse capítulo, Luciano Oliveira mapeia as importantes “viragens” que a literatura costuma atribuir à trajetória intelectual de Foucault, designando-as como “o Foucault da arqueologia”, “o Foucault da genealogia” e, por fim, o Foucault dos dois últimos livros, o segundo e o terceiro volumes da “História da Sexualidade”, “O Uso dos Prazeres” e “O Cuidado de Si”. Contudo, em seu mapeamento, Oliveira desloca “História da Loucura” do primeiro grupo de trabalhos – os da arqueologia, cujo ápice estaria exatamente em “As Palavras e

as Coisas” – levando-o para mais próximo de “Vigiar e Punir” – aquele que seria o ponto alto dos trabalhos da genealogia –, mas o faz deixando claro que o “anti-humanismo” característico da primeira fase persiste na segunda.

É que o Foucault da arqueologia consiste naquele que se pretende distante de “qualquer antropologismo”. Trata-se, como se sabe, do Foucault das epistemes, com construções teóricas bastante próximas das “estruturas inconscientes do pensamento que caracterizam o estruturalismo” (Oliveira, 2017, p. 23); que põe em dúvida a fiabilidade epistemológica da psicologia, da sociologia e da antropologia por se tratarem de ciências em que “o homem” é tanto objeto de conhecimento como sujeito que conhece; e do Foucault que, sendo assim, acaba defendendo três “contraciências” – a etnologia, a psicanálise e a linguística – que teriam a capacidade de alcançar as epistemes, as “estruturas inconscientes” que produzem o “homem empírico”, este que precisa ser explicado, mas que, por isso mesmo, “não pode ser ao mesmo tempo a fonte de explicação” (Idem, p. 44). Trata-se, portanto, do Foucault que intenciona conhecer os “aquários” e, assim, os “peixinhos dourados”. É isto que persiste.

De acordo com Luciano Oliveira, na passagem da arqueologia para a genealogia, Michel Foucault deixa de lado “a atitude estruturalista por excelência – aquela que se reporta a estruturas de pensamento bastando-se a si mesmas” (Oliveira, 2017, p. 23) – e passa a conferir atenção à história, aos processos de “normalização” que definiriam o que ele chama de “sociedade disciplinar”. Este é “o Foucault da marca registrada que todos conhecemos” (Idem, p. 33), o de “Vigiar e Punir”, portanto. Mas aqui, mesmo afastado o peso inexorável daquelas epistemes, o “anti-humanismo” se mantém sobretudo em razão do seu uso de conceitos como o de “poder”, uma onipresença. “O poder estava em toda parte e dele não poderíamos escapar – não éramos todos, afinal, produzidos pelos ‘efeitos de poder’?” (Oliveira, 2017, p. 35). O poder, portanto, produz. Não meramente destrói, excluiu ou reprime. Produz inclusive os sujeitos, os reformadores humanistas e sua “derrisória maldade” na defesa de direitos que serviria ao disciplinamento dos corpos. O poder produz os aquários e os peixinhos dourados. E talvez conjugue mais verbos que estes últimos...

Luciano Oliveira inicia o segundo capítulo, “A ‘Cançoneta Anti-repressiva’”, com duas citações. A primeira delas pertence a Foucault, mais precisamente a “A Ordem Discurso”, e tematiza a existência de procedimentos que controlam, selecionam, organizam e redistribuem a produção do discurso. A segunda citação, todavia, vem de

“Memórias do Cárcere”, de Graciliano Ramos, e diz: “Liberdade completa ninguém desfruta: começamos oprimidos pela sintaxe e acabamos às voltas com a Delegacia de Ordem Política e Social, mas, nos estreitos limites a que nos coagem a gramática e a lei, ainda nos podemos mexer”⁴. A superposição das duas citações – a de Foucault antes, a de Graciliano depois – indica aonde Oliveira pretende chegar com o capítulo: ao problema do poder. Antes de alcançá-lo, entretanto, e em diálogo com comentadores da obra, “A ‘Cançoneta Anti-repressiva’” reapresenta uma série de críticas ao que seriam, por exemplo, os anacronismos detectados nos trabalhos de Foucault; a pobreza factual de algumas de suas análises, baseadas mais em textos prescritivos (como regulamentos acerca de como a prisão deveria funcionar...) do que nas experiências; ou a sua falta de rigor metodológico, substituído por voltas retóricas como aquela acerca do fracasso da prisão – que substancialmente nunca existiu nos moldes milimétricos de “Vigiar e Punir”... – ser uma dimensão constitutiva do seu funcionamento.

Em meio à rerepresentação dessas críticas, porém, Luciano Oliveira destaca ainda certas dificuldades na recepção dos argumentos de Michel Foucault no Brasil, um país exemplo do que o próprio Oliveira classificou, noutra ocasião, como sendo uma “sociedade indisciplinar” (Oliveira, 2011). Segundo Oliveira, parte de nossa literatura, notadamente de campos mais “normativos” do conhecimento, tais quais o direito e a educação, equivoca-se enormemente na insistência na aplicação de conceitos como os de “disciplina” e “docilidade” a uma realidade que não somente irrealizou o ideal do aparelho prisional, mas “onde a violência escancarada sempre foi o método de investigação policial por excelência quando se trata de reprimir os mais pobres” (Idem, 2017, p. 72) e em que os cárceres “continuam executando, como um estribilho, o velho binômio: entulhamento e violência corporal” (Idem, pp. 73 – 74). Ressalvando o fato de que bons trabalhos de pesquisa empírica sobre a prisão, por exemplo, têm manejado de forma interessante as análises de Foucault, ao invés de simplesmente tentar colá-las ao nosso caso⁵, Oliveira reconhece a imprescindibilidade de lidar com uma “obra magistral

⁴ A menção a Graciliano Ramos, além de compor a paisagem argumentativa do segundo capítulo do livro, remonta a outro importante interesse de Luciano Oliveira, marca de sua própria escrita ensaística: a literatura. Como disse no início desta resenha, Luciano é autor, por exemplo, de um livro de ensaios sobre Machado de Assis e Graciliano Ramos e intitulado “O Bruxo e o Rabugento” (Oliveira, 2010).

⁵ Desde que ingressei no doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, venho, eu mesmo, entrando em contato com parte dessa literatura que, estudando experiências prisionais e crime, vale-se inventivamente da obra de Michel Foucault, mas “sem ser servil”, como diria Oliveira (2017, p. 70). Cito, apenas a título de exemplo, os ótimos trabalhos de Rafael Godoi (2017), Fernando Salla (1999), Antônio Rafael Barbosa (2005), Karina Biondi (2010), Natália Corazza Padovani (2015), Natália Lago (2014), Adalton Marques (2009) e Fábio Mallart (2014).

e – por mais que possamos criticar-lhe os exageros e simplificações – relevando de uma pesquisa documental impressionante como *Vigiar e Punir*” (2017, p. 93).

Os mesmos elogios, contudo, não aparecem nas avaliações de Luciano Oliveira acerca do primeiro volume da “História da Sexualidade”, “A Vontade de Saber”, cujo título consiste numa homenagem a Nietzsche. “Trata-se de um livro diminuto, exíguo mesmo, se comparado com os grandes afrescos que são os livros sobre a loucura e sobre a prisão, e as simplificações não se fazem de rogadas”; ou “um livro que deve ser tomado como uma série de hipóteses instigantes, mas não mais do que isso” (2017, p. 93). Dentre os problemas que Oliveira realça no livro estão o da “hipótese repressiva” e, finalmente, o do “biopoder”.

O primeiro concerne à notória tese de Foucault segundo a qual os investimentos de repressão da sexualidade, no século XVIII, mais do que reprimi-la, incitavam-na, produzindo uma explosão de discursos a seu respeito, um erotismo discursivo na “obsessiva vontade de saber o que as pessoas fazem na cama, prescrever-lhes normas de comportamento nesses recintos” (Oliveira, 2017, p. 90). Levando essa definição em conta e criticando a “pobreza factual” de “A Vontade de Saber”, Luciano Oliveira aduz: “O ponto a que quero chegar (...) é que tal discurso, enunciado com finalidades normalizadoras, é um discurso de toda evidência repressivo! – o que me parece longe de desmentir a hipótese contra a qual Foucault parece se insurgir” (Idem, p. 92). Já o segundo problema, o do biopoder, remete à crítica foucaultiana às tecnologias políticas que atuam sobre os corpos, desde a sua saúde, a higiene, a sexualidade e a procriação, até os modos de morar e se alimentar, as condições de vida e existência das populações. Para Foucault, tais políticas constituem normalização e controle. Entretanto, Oliveira relembra, são elas também políticas sociais de saúde pública, habitação, educação etc. que resultaram de lutas sociais protagonizadas pela classe trabalhadora.

E, no entanto, tudo o que os movimentos de trabalhadores conquistaram em conflitos que por mais de uma vez descambaram em episódios de violência feroz, tudo isso, pura e simplesmente, a levar-se a sério *A Vontade de Saber*, não passa de uma maquinação do poder – essa instância onipresente na obra genealógica de Foucault – para expandir-se através do controle da vida e das populações. Mesmo repetitiva, uma das críticas mais recorrentes que se fazem a Foucault mantém o viço: o que é afinal esse poder e a que desígnios ele serve? (Oliveira, 2017, p. 96)

Seguindo os rastros deixados pelas conclusões de Luciano Oliveira, penso ser possível dizer novamente, agora em resposta, que o poder consiste no “sujeito” de

parte significativa dos argumentos de Foucault. Como dito antes, é ele quem conjuga verbos prioritariamente. O poder produz em todos os espaços e todos os espaços. Não a classe trabalhadora, os reformadores humanistas, os nossos militantes de esquerda. Todos nós, afinal de contas, somos “efeitos do poder”. E nossas resistências se encontram imbricadas – talvez previsivelmente, inclusive – nesse poder a que resistem e de que são também efeito. Esta circularidade é, como se vê, tão inescapável quanto a prisão panóptica. É o “anti-humanismo” que se mantém na fase genealógica da obra de Foucault. A seu propósito, porém, continua sendo necessário perguntar: como Foucault escapa? Ou não escapa e ele e suas análises não passam de produtos dos dispositivos de poder sobre os quais se debruçam?

Tais questões orientam “O Aquário e o Samurai”, o terceiro e último capítulo do livro de mesmo nome. Luciano Oliveira o começa duvidando da hipótese de que o cidadão e intelectual Michel Foucault, que criou o Grupo de Informação sobre as Prisões e militava contra o que nelas lhe parecia intolerável, “estivesse vendo a si próprio como um agente inconsciente do poder disciplinar, azeitando, com sua ação, suas engrenagens” (2017, p. 102). Claro, não se via. Pelo contrário, como Oliveira demonstra no decorrer do capítulo, Foucault se implicou, como intelectual, em diversas controvérsias públicas, como a discussão sobre a pena de morte na França⁶ e os embates políticos em torno da revolução iraniana. Seu empenho nesses debates certamente se relaciona com a sua definição do “papel de um intelectual”, traçada durante um diálogo com François Ewald em 1984 e mencionada, no livro, por Oliveira (2017)⁷.

De acordo com Foucault, em suma, a um intelectual não cabe prescrever o que as pessoas devem fazer, ou “modelar” a sua vontade política. Contudo, compete a um intelectual, nas análises que realiza em seus domínios, interrogar evidências, postulados, hábitos, modos de fazer e de pensar, as familiaridades, regras e instituições etc. Nesse exercício de “reproblematização”, segundo Foucault, estar-se-ia desempenhando o papel específico de intelectual, mas também participando na

⁶ Num texto intitulado “A Vergonha do Carrasco”, publicado no ano de 2000 pelo mestrado em Ciência Política da UFPE, o próprio Luciano Oliveira (2000) se dedicou à discussão sobre a pena de morte e, especialmente, às discussões que ocorreram na França e de que Foucault fez parte, ao lado de Robert Badinter, quem Luciano chegou a entrevistar. Badinter foi amigo próximo de Foucault, ministro da justiça do governo Mitterrand e um dos protagonistas das lutas contra a pena capital.

⁷ O diálogo em questão, entre François Ewald e Foucault, ocorreu em razão dos dois últimos livros de Foucault, o segundo e o terceiro volumes da “História da Sexualidade”, e foi publicado no número 207 da *Magazine Littéraire*, sob o título “*Le souci de la vérité*”.

“formação de uma vontade política”, através da qual o intelectual possui o seu papel de cidadão a desempenhar. É verdade que essa definição advinda da conversa com Ewald é posterior aos dois últimos livros e à notória terceira virada de Foucault, em que ele passa a se dedicar às “liberdades” e, nelas, aos prazeres e cuidados, apresentando-se, nas palavras de Luciano Oliveira, como “um Foucault *new look!*” (2017, p. 137). Entretanto, o intenso comprometimento de Michel Foucault com aquelas controvérsias públicas e pautas políticas minimamente sugere que Foucault acreditava mais nas potencialidades do sujeito – e, portanto, do “humano” – do que suas análises arqueológicas e genealógicas poderiam suportar.

Para Luciano Oliveira, existiria aí uma aparente “aporia” entre a epistemologia e a militância de Foucault. Diante dela, haveria dois caminhos possíveis. O primeiro deles, conforme Oliveira, é o de que “talvez não devemos levar tão a sério certas frases brilhantes e marcantes de Foucault, como aquela que nos adverte de que ‘somos bem menos gregos do que pensamos’” (2017, p. 125). Não levar “tão a sério” essa frase “desesperadora” de “Vigiar e Punir” significa, pelo que entendo do argumento de Oliveira, não levar ao extremo a conclusão de que as liberdades da modernidade não passariam de um subproduto das disciplinas; ou aquela outra conclusão de que o poder onipresente e produtivo produziria os sujeitos e as resistências a que se encontra geminado. As “resistências”, afinal, estão lá sempre – como uma tautologia do poder – e acabam figurando no texto foucaultiano como um escape dos seus conceitos muito pesados: “se é preciso *disciplinar*, é porque há corpos indisciplinados; se é preciso *adestrar*, é porque há almas renitentes – e assim por diante” (Oliveira, 2017, p. 125). Sendo assim, há o que escapa. Talvez o próprio Foucault...

O segundo caminho para enfrentar a aparente aporia em que se localiza Foucault estaria, segundo Oliveira, na consideração do que somos “enquanto seres socialmente construídos” e do que somos “enquanto seres pensantes, capazes de nos desentranharmos dessas determinações” (2017, p. 125); ou seja, naquela disjunção entre sujeito empírico e sujeito epistemológico. É notando que esses sujeitos e “somos” não são incompatíveis, que Oliveira passa às imagens dos peixinhos dourados e do samurai de que se valeu Paul Veyne para explicar a aparente aporia que Foucault nunca se preocupou em explicar. Luciano Oliveira, porém, nas conclusões do livro, volta a investir nas experiências pessoais do “peixinho dourado Foucault” que propiciaram a emergência do “samurai Foucault”, mas especialmente nas experiências relativas à

homossexualidade. Referendando-se em textos de biógrafos – mais ou menos “autorizados” – e de amigos de Foucault, Oliveira nota a existência de um consenso acerca do reconhecimento da importância, para a obra de Michel Foucault, de determinadas experiências dramáticas de repressão e discriminação vividas por conta da homossexualidade. Tal importância e o peso das experiências pessoais, entretanto, fazem Oliveira questionar o que ele chama de “valor heurístico” da obra foucaultiana. “A questão que no fundo importa é, independentemente de sua motivação, o quanto vale uma obra tão pessoal como a de Michel Foucault para entendermos processos sociais que dizem respeito a todos nós” (2017, p. 155).

A resposta que Luciano Oliveira oferece a esse questionamento, admito, não me parece suficientemente clara – embora eu esteja convicto de que ele não intenciona invalidar a obra foucaultiana em razão da mencionada importância daquelas experiências pessoais relacionadas à homossexualidade. Entretanto, o próprio questionamento, sua oportunidade, parece-me inadequado. E isto por duas razões que coincidem com duas discordâncias minhas em relação à leitura que Luciano Oliveira empreende dos argumentos de Foucault – discordâncias nada fáceis, admito, porque não é fácil discordar de Luciano... A primeira delas concerne à sua análise a respeito do “livro diminuto e descosturado” (2017, p. 145) que seria o primeiro volume da “História da Sexualidade”, um trabalho que, como afirmei logo no início desta resenha, apresenta-se fundamental para o campo dos estudos de gênero e sexualidade, sobretudo para as vertentes influenciadas pelo “pós-estruturalismo” e, notadamente, pelas contribuições de feministas como Joan Scott (1995), Gayle Rubin (1998), Donna Haraway (2004) e Judith Butler (2010)⁸. No melhor das produções desse campo, as constantes preocupações com a “agência”, as experiências dos sujeitos e os conflitos sociais têm impedido uma apreensão paralisante ou aprisionante daquela noção de poder.

Finalmente, é preciso substituir a noção de que o poder social é unificado, coerente e centralizado por algo como o conceito de poder de Michel Foucault, entendido como constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em “campos de força” sociais. No interior desses processos e estruturas, há espaço para um conceito de agência humana, concebida como a tentativa (pelo menos parcialmente racional) para construir uma identidade, uma vida, um conjunto de relações, uma

⁸ No Brasil, a influência da obra de Michel Foucault é notável em imprescindíveis análises interiores ao campo dos estudos de gênero e sexualidade. Dentre elas, a título de exemplo, pode-se citar aquelas desenvolvidas por Néstor Perlongher (2008), Isadora Lins França (2012), Regina Facchini (2008), Sérgio Carrara (2015), Maria Filomena Gregori (2016) e Júlio Assis Simões (2004).

sociedade estabelecida dentro de certos limites e dotada de uma linguagem – uma linguagem conceitual que estabeleça fronteiras e contenha, ao mesmo tempo, a possibilidade da negação, da resistência, da reinterpretção e permita o jogo da invenção metafórica e da imaginação (Scott, 1995, p. 86).

Embora, como já notei, eu concorde com a crítica de Oliveira à hipostasia do conceito foucaultiano de poder, a qual alimenta o “anti-humanismo” e a consequente redução teórica dos sujeitos a determinações sociais, não posso deixar de perceber a relevância do movimento analítico de deslocamento do “poder” para dimensões da vida em que, a priori, de acordo com as definições mais tradicionais, o poder não se encontraria. A sexualidade, por exemplo. Com isso, talvez o mais importante, não apenas a “homossexualidade”, mas a própria “heterossexualidade” passa a ser percebida como constituída por relações de poder e dispositivos de controle que conectam o quarto de casal da classe média vitoriana às políticas de gestão populacional direcionadas à classe trabalhadora e, logo, às “classes perigosas”. Com “A Vontade de Saber”, sendo assim, a sexualidade é deslocada para o centro das análises das práticas de Estado, dos conflitos e das desigualdades sociais. E isto não implica necessariamente em negação do sujeito.

Se é verdade que o problema da subestimação do sujeito permanece no primeiro volume da “História da Sexualidade”, também é verdade que a expansão analítica do poder para os domínios do privado, da domesticidade, do corpo e do sexo oportuniza uma politização tal desses domínios que conduz ao reconhecimento dos sujeitos com eles identificados. Esses sujeitos são “as mulheres” e “os homossexuais” mais evidentemente, mas são também os integrantes da classe trabalhadora, em certos contextos tida como “atávica”, “suja” e “sexualmente desregulada” – racializada e animalizada, portanto⁹. Além disso, a mencionada expansão analítica do poder acaba possibilitando a desnaturalização do desejo e do sexo, um ganho teórico que se tornaria crucial para o que viriam a ser os “problemas de gênero” abordados por Judith Butler (2010; 2002), para a conclusão de que “sexo” é desde sempre “gênero”, para a

⁹ Em minha tese de doutorado e em textos decorrentes dela (Efrem Filho, 2017a; 2017b), trato do que chamo de “reciprocidades constitutivas” entre relações de classe, gênero, sexualidade, territorialização, racialização, geração etc. No cerne dos argumentos que aí desenvolvo está a compreensão de que, por exemplo, “classe” é desde sempre “gênero”, de que essas relações sociais se fazem umas através das outras enquanto os sujeitos se fazem em suas experiências individuais e coletivas. Essa compreensão decorre tanto da apreensão de contribuições teóricas de feministas hoje identificadas como pertencentes ao “campo das interseccionalidades” – como Avtar Brah (2006) e Anne McClintock (2010) – quanto da leitura das contribuições de Foucault acerca do dispositivo da sexualidade.

percepção de que a “matéria” resulta de processos de “materialização”, mas também para os “estudos *queer*” e para as pautas políticas e lutas por direitos relativas aos movimentos de travestis, mulheres trans e homens trans¹⁰.

Quero com isso dizer que “A Vontade de Saber” me parece ser bem mais do que um livro de “hipóteses instigantes”, como quis Oliveira (2017). E não apenas pelos usos inventivos que dele fizeram posteriormente, mas pelo o que ele próprio enseja em potência: aquele “poder” que tudo produz e, por isso, aprisiona é, contraditoriamente, o poder que produz a desnaturalização daquilo que, designado como “natural”, operou como justificativa para práticas cruéis de dominação e controle. Mais. É um poder que encontra na sexualidade um dispositivo fundamental para a sua realização. Um conceito de poder capaz de denunciar inclusive a oportunidade do questionamento de Luciano Oliveira a respeito do “valor heurístico” da obra de Foucault. Aqui, enfim, está a minha segunda questão ou discordância: o que engendra esse questionamento suscitado por Oliveira é, claramente, a sexualidade.

Estamos sem dúvida diante de uma obra tão *peçoal* quanto seja possível que uma obra emane daquilo que se é. Foucault teve a ocasião de dizer certa vez em entrevista: “Não escrevi um único livro que não fosse inspirado, pelo menos em parte, por uma experiência direta, pessoal” (in Oksala, p. 25). Todos os livros no fundo são assim. Mas, num caso como o dele, essa pessoalidade é algo tão forte que é legítimo se perguntar qual o valor heurístico de uma obra como a sua. Nele, a imbricação da obra no autor – ou vice-versa – parece ter bastante a ver com a sua condição homossexual tão duramente reprimida durante a maior parte da vida (Oliveira, 2017, p. 151).

Se, de algum modo, qualquer obra se acha relacionada às experiências pessoais do seu autor, por que experiências de sexualidade – nas quais se incluem experiências de “repressão”, de certo – seriam pessoais demais, insuportáveis para a garantia do “valor heurístico” de uma obra? Por que a sexualidade facilmente se converte na razão narrativa para a contestação da validade de um trabalho intelectual? Talvez pelas mesmas razões que conectam o quarto do casal da classe média vitoriana às políticas de gestão populacional direcionadas à classe trabalhadora. Porque em torno das disputas que rondam a sexualidade – e, no caso de Michel Foucault, a homossexualidade, mas não apenas ela... – limites sociais são traçados, normas são prescritas, impossibilidades são diagnosticadas. A “sexualidade” – o extremo do corpo – não estaria entre os

¹⁰ Os importantes trabalhos de Jorge Leite Jr. (2011), Bruno César Barbosa (2013) e Mario Carvalho (2011) apresentam interessantes usos da obra de Michel Foucault em análises relativas às experiências de *travestis* e *transexuais* e às disputas relacionadas a essas categorias.

aspectos da vida dos “peixinhos dourados” mais profundamente inconversíveis em “samurais”?

Nisso, parece-me, o questionamento brandido por Luciano Oliveira vacila. E isto mesmo que sua resposta seja negativa: a de que as experiências pessoais relativas à homossexualidade não invalidam o caráter heurístico da obra de Foucault. É que tal questionamento se torna alvo direto daquilo que tem como alvo primeiro, o conceito de poder. Mas não do conceito de poder que aprisiona e subtrai dos sujeitos as suas potencialidades e complexidades; e sim do conceito de poder que permitiu, aos estudos de gênero e sexualidade, a percepção da proeminência do dispositivo da sexualidade para a normalização da vida. Sendo bastante foucaultiano, eu poderia mesmo argumentar que a oportunidade do questionamento de Oliveira ao caráter “tão pessoal” da obra de Foucault funciona como “exterior constitutivo” do seu próprio incômodo diante de “Vigiar e Punir”, decorrente daquela terrível experiência vivida no final de semana de fevereiro de 1976 que antecedeu o carnaval, quando seus amigos foram sequestrados pelos agentes da Ditadura. Em contextos mais “conservadores” que o desta resenha, a *pessoalidade* dessa experiência poderia ser posta em xeque como “algo tão forte” que invalidaria hipóteses e metodologias de pesquisa.

Não, certamente não invalida. Bem ao contrário, essa experiência *pessoal*, a que Luciano se refere em algumas ocasiões, inclusive em “O Aquário e o Samurai”, participa vividamente do incômodo que movimenta a sagacidade de suas análises e conduz àquela recusa profunda a qualquer formulação teórica que elimine ou subestime a potencialidade dos sujeitos, a sua conflituosa “humanidade”. Essa recusa consiste, acredito, na marca de seus esforços analíticos, numa característica essencial de sua assinatura intelectual, do seu modo de enxergar as controvérsias a que ele se dedica como pesquisador, sejam elas a tortura, a pena de morte e a violência policial, sejam as voltas retóricas e o anti-humanismo próprios aos argumentos de Foucault. Isto porque Luciano Oliveira é um daqueles raríssimos intelectuais do campo jurídico – ainda que hibridamente, já que se localiza também nas ciências sociais – que pode ser designado como um “autor”. Alguém cuja escrita, como notou Walter Benjamin (1994), é pedagógica. Ela ensina a escrever e, reciprocamente, oferece ferramentas para pensar, analisar. Dentre suas ferramentas, a que mais contundentemente me marcou, durante estes mais de doze anos em que sou seu “aluno” e leitor, está na oportunidade daquele sentimento de incômodo e na defesa daquela recusa epistemológica. Está, portanto, na

valorização dos sujeitos. Do que somos. De quem Luciano é. Aquele a quem, a despeito e em favor de qualquer discordância, eu agradeço.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Antônio Rafael. *Prender e dar fuga: biopolítica, tráfico de drogas e sistema penitenciário no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

BARBOSA, Bruno César. “Doidas e putas”: usos das categorias travesti e transexual. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, nº. 14. Rio de Janeiro, 2013, pp. 352 – 379.

BENJAMIN, Walter. O autor como produtor: conferência pronunciada no Instituto para o Estudo do Fascismo, em 27 de abril de 1934. In: BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sergio Paulo Rouanet. 7ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1994.

BIONDI, Karina. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo, Terceiro Nome, 2010.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, v. 26. Campinas, 2006, pp. 329 – 376.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. 3ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.

BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”*. Buenos Aires, Paidós, 2002.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. *Que mulher é essa? Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais*. 2011. Dissertação de mestrado em Saúde Coletiva, Instituto de Medicina Social, UERJ, Rio de Janeiro, 2011.

CARRARA, Sérgio. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. *Mana*, v. 21, n. 02. Rio de Janeiro: 2015, pp. 323 – 345.

EFREM FILHO, Roberto. *Mata-mata: reciprocidades constitutivas entre classe, gênero, sexualidade e território*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2017a.

EFREM FILHO, Roberto. Os meninos de Rosa: sobre vítimas e algozes, crime e violência. *Cadernos Pagu*, v. 47. Campinas, 2017b, e175106.

FACCHINI, Regina. *Entre umas e outras: mulheres, (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2008.

FRANÇA, Isadora Lins. *Consumindo lugares, consumindo nos lugares: homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2012.

GODOI, Rafael. *Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos*. São Paulo, Boitempo, 2017.

GREGORI, Maria Filomena. *Prazeres perigosos: erotismo, gênero e limites da sexualidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 2016.

HARAWAY, Donna. Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, v. 22. Campinas, 2004, pp. 201 – 246.

LAGO, Natália Bouças do. *Mulheres na prisão: entre famílias, batalhas e a vida normal*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social, FFLCH / USP, 2014.

LEITE JR., Jorge. *Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico*. São Paulo, Annablume, 2011.

LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz. *As Ciências Sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil*. São Paulo, Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Urbana; ANPOCS, 2011.

MALLART, Fábio. *Cadeias dominadas: a Fundação CASA, suas dinâmicas e as trajetórias de jovens internos*. São Paulo, Terceiro Nome, 2014.

MARQUES, Adalton. *Crime, proceder, convívio – seguro: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social, FFLCH / USP, 2009.

McCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Trad. Plínio Dentzien. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

OLIVEIRA, Luciano. De Rubens Paiva a Amarildo. E “Nego Sete”? O regime militar e as violações de direitos humanos no Brasil. *Direito & Práxis*, v. 9, nº 1. Rio de Janeiro, 2018, pp. 203 – 225.

OLIVEIRA, Luciano. *O Aquário e o Samurai: uma leitura de Michel Foucault*. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2017.

OLIVEIRA, Luciano. O peixinho dourado e o samurai: sujeito empírico e sujeito epistemológico em Michel Foucault. *Lua Nova*, nº 99. São Paulo, 2016, pp. 15 – 46.

OLIVEIRA, Luciano. Relendo ‘Vigiar e Punir’. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 4, nº 2. Rio de Janeiro, 2011, pp. 309 – 338.

OLIVEIRA, Luciano. *O Bruxo e o Rabugento: ensaios sobre Machado de Assis e Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro, Vieira & Lent, 2010.

OLIVEIRA, Luciano. *Do nunca mais ao eterno retorno: uma reflexão sobre a tortura*. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 2009.

OLIVEIRA, Luciano. *Sua Excelência o Comissário e outros ensaios de Sociologia Jurídica*. Rio de Janeiro, Letra Legal, 2004.

OLIVEIRA, Luciano. *A vergonha do carrasco: uma reflexão sobre a pena de morte*. Recife, Mestrado em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

OLIVEIRA, Luciano. *Imagens da democracia: os direitos humanos e o pensamento político de esquerda no Brasil*. Recife, Pindorama, 1995.

OLIVEIRA, Luciano. Direitos Humanos e cultura política de esquerda. *Lua Nova*, nº 27. São Paulo, 1992, pp. 149 – 165.

OLIVEIRA, Luciano. *Images de la Démocratie: le thème des Droits de l'Homme et la pensée politique de gauche au Brésil*. Thèse (Doctorat en Sociologie), Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales, 1991.

PADOVANI, Natália Corazza. *Sobre casos e casamentos: afetos e “amores” através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona*. Tese de doutorado em Antropologia Social, IFCH / Unicamp, 2015.

PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

RUBIN, Gayle. Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: NARDI, Peter. M; SCHNEIDER, Beth. E. (Ed.). *Social perspectives in lesbian and gay studies: a reader*. New York, Routledge, 1998, pp. 100 – 133.

SALLA, Fernando. *As prisões em São Paulo: 1822 – 1940*. São Paulo, Annablume, 1999.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, nº 2. Porto Alegre, 1995, pp. 71 – 99.

SIMÕES, Júlio Assis. Homossexualidade masculina e curso de vida: pensando idades e identidades sexuais. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (Orgs.). *Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

VEYNE, Paul. *Foucault – sa pensée, sa personne*. Paris, Albin Michel, 2008.

Sobre o autor

Roberto Efrem Filho

Professor adjunto II do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, onde ensina Sociologia do Direito e Sociologia do Crime. Possui doutorado em Ciências Sociais junto ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas e mestrado e graduação em Direito junto à Faculdade de Direito do Recife, da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: robertoefremfilho@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9438-0080>

O autor é o único responsável pela redação da resenha.